

e/ou vulnerabilidade social conforme estabelece a Lei Municipal nº 1.418/2013, conforme modelo que integra este Edital, ANEXO III.

3.1.2. O pedido de credenciamento e a documentação de pré-qualificação deverão ser entregues **à Comissão Especial de Avaliação de Credenciamento de Imóvel – Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Av. Engenheiro Ferreira Correia s/n - centro – Cruz Machado - PR** na forma especificada no item 3.1.4.

000008

3.1.3. O pedido de credenciamento deverá ser apresentado em papel timbrado da proponente, devidamente datilografado ou digitado, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade, contendo, no mínimo, as informações abaixo mencionadas, instruído com os documentos de habilitação para pré-qualificação, solicitados no item 6 deste Edital, e, ainda:

- a) dados da proponente: nome, razão social, (e de fantasia, se houver), CNPJ, CPF, endereço, fone, fax, celular e e-mail;
- b) declaração de que possui imóvel em nome próprio, com as especificações mínimas e que está disponível à locação;
- c) tabela de preços e comprovante de que o mesmo está de acordo com o praticado estipulado pela administração.

3.1.4. Os pedidos de credenciamento e demais documentos exigidos neste Edital deverão ser entregues em envelopes contendo em suas partes externas e frontais, os seguintes dizeres

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE IMÓVEL

CREDENCIAMENTO nº 002/2017

PROCESSO nº 002/2017

PROPONENTE:

CNPJ:

000009

3.1.5. Será entregue à proponente um comprovante, para fins de protocolo, de recebimento do pedido de credenciamento.

3.1.6. O pedido de credenciamento e os documentos de pré-qualificação apresentados pelas interessadas de modo incompleto, rasurados, vencidos ou em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão considerados ineptos e devolvidos às interessadas caso não seja possível a sua regularização, podendo esta emendá-la, reapresentando-o durante a vigência deste Edital, depois de corrigidas as pendências ou irregularidades apontadas pela Comissão Especial de Avaliação de Credenciamento de Imóvel.

3.1.7. Nenhum envelope será recebido após o horário e dias marcados para credenciamento.

3.1.8. A Comissão Especial de Avaliação de Credenciamento de Imóvel não se responsabiliza pelos envelopes enviados pelo correio.

3.1.9. As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os credenciados a tomarem ciência, através de expediente a ser publicadas no órgão de publicação oficial do Poder Executivo.

3.1.10. O Edital poderá ser adiado ou revogado por razões de interesse público, ou anulado por razões de ilegalidade, sem que caiba aos credenciados qualquer indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.1.11. Ao protocolar seu pedido de credenciamento, as empresas interessadas aceitam as condições e se obrigam a cumprir todos os termos deste Edital e seus anexos.

3.1.12. Para consulta e conhecimento dos interessados o Edital estará à disposição no sítio eletrônico da Prefeitura de CRUZ MACHADO na Internet, no endereço <http://www.pmcm.pr.gov.br>

000010

3.1.13. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir dúvidas acerca do objeto deste Edital e seus anexos, por escrito, através do email smas@pmcm.pr.gov.br ou por meio de correspondência encaminhada para o endereço constante no preâmbulo deste Edital, ambas dirigidas à Comissão Especial de Avaliação de Credenciamento de Imóvel, não sendo aceito, em nenhuma hipótese, o encaminhamento sob outra forma ou fora do prazo estipulado no item 3.1.2, supra, deste Edital. A resposta será enviada ao interessado por e-mail ou correspondência, com cópia a todos os interessados neste credenciamento.

3.1.14. Não será fornecido Edital via fax ou Correio.

3.2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.2.1 – Poderão participar pessoas físicas ou jurídicas, que sejam detentoras de pelo menos 1 (um) imóvel na zona urbana e/ou rural do município de Cruz Machado, objetivando a locação para servirem de moradia a famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social conforme estabelece a Lei Municipal nº 1.418/2013, e que preencham os requisitos exigidos neste Edital.

3.2.2 – A contratação para a prestação de serviços, oriunda do presente credenciamento, dar-se-á em igualdade de condições, buscando sempre o maior número de interessadas que atendam as exigências deste Edital e que possam corresponder às expectativas da Prefeitura de CRUZ MACHADO.

3.2.3 – O conteúdo das matérias institucionais a serem veiculadas serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura de CRUZ MACHADO.

3.3 – A demanda estimada para 2017 de alugueres de imóveis para finalidades sociais será de 10 (dez) unidades.

000011

4. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1 – Os serviços serão executados durante a vigência do contrato, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de CRUZ MACHADO.

4.2 – Os serviços serão executados mediante locação mensal, por preço unitário mensal a ser pago por igual período.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos relativos às contratações que poderão advir deste credenciamento serão por conta das dotações orçamentárias n°s:

05 Secretaria Municipal de Assistência Social

05.01.0 Fundo Municipal de Assistência Social

Proj/ativ – 2.048 Auxílio Aluguel Social

Dotação 175

Elemento – 3.3.90.32.00.00.00.00 1000

6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

6.1. As empresas interessadas em promover o seu credenciamento junto à Prefeitura Municipal de CRUZ MACHADO deverão apresentar juntamente com seu pedido de credenciamento os documentos a seguir elencados, por cópia autenticada ou em original, não sendo permitida a apresentação de protocolos em substituição às certidões solicitadas:

PESSOAS JURÍDICAS

6.1.1. Regularidade Jurídica:

6.1.1.1. No caso de sociedades comerciais/empresárias:

000012

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com as alterações vigentes, devidamente registrados, acompanhado de todas as alterações, se houver.

6.1.1.2. No caso de sociedade por ações:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações, se houver; bem como documentos de eleição de seus administradores.

6.1.1.3. No caso de sociedades civis:

a) inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

6.1.1.4. No caso de sociedades simples:

a) ato constitutivo ou contrato social acompanhado da comprovação da diretoria em exercício e certidão expedida por órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo.

6.1.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:

a) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.2 – Regularidade Fiscal:

6.1.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ).

6.1.2.2 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual e alvará de localização.

6.1.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais.

As Certidões Negativas deverão ser do domicílio ou sede da empresa e estar dentro do prazo de validade.

000013

6.1.2.4 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6.1.2.5 – Declaração (de acordo com o ANEXO VI) subscrita pelo representante legal da requerente de que atende ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, para fins de pré-qualificação ao credenciamento.

6.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR).

6.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

6.1.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da interessada, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, quando não constar expressamente do corpo da certidão, o prazo de validade da mesma.

6.1.3.2. O certificado de registro cadastral (CRC), emitido por órgão ou entidade pública, substitui os documentos referentes à regularidade fiscal e qualificação econômico financeira quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta.

6.1.3.3. Cópia autenticada de documento comprobatório de propriedade do(s) imóvel(is) a ser(em) locado(s).

PESSOAS FÍSICAS

6.1.4. Regularidade Jurídica:

6.1.4.1. Cópia do Cadastro de Pessoas Física – CPF.